

Walber de Moura Agra

MANUAL PRÁTICO
DE DIREITO ELEITORAL

4ª edição

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

© 2016 Editora Fórum Ltda.

2018 2ª edição

2020 3ª edição

2022 4ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A277m	Agra, Walber de Moura
	Manual Prático de Direito Eleitoral / Walber de Moura Agra. - 4. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 441 p. ; 14,5cm x 21,5cm.
	Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-343-6
	1. Direito Eleitoral. 2. Direito Público. 3. Direito Constitucional. I. Título.
2022-577	CDD 341.28 CDU 342.8

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AGRA, Walber de Moura. *Manual Prático de Direito Eleitoral*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 441 p. ISBN 978-65-5518-343-6.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

JUSTIÇA ELEITORAL	13
1.1 Órgãos da Justiça Eleitoral.....	13
1.2 Competências dos órgãos da Justiça Eleitoral	18
1.2.1 Competência do Tribunal Superior Eleitoral	18
1.2.2 Competência do Tribunal Regional Eleitoral.....	21
1.2.3 Competência dos Juízes Eleitorais.....	25
1.3 Funções da Justiça Eleitoral	27
1.4 Divisão territorial	32
1.5 Funcionamento da Justiça Eleitoral nas eleições municipais.....	33
1.5.1 Poder de polícia.....	34
1.5.2 Julgamento das ações e recursos.....	36
1.6 Ministério Público Eleitoral	38
1.7 Procurador-Geral Eleitoral, Procuradores Regionais Eleitorais e Promotor Eleitoral	40
1.7.1 Procurador-Geral Eleitoral.....	42
1.7.2 Procuradores Regionais Eleitorais.....	43
1.7.3 Promotor Eleitoral.....	45

CAPÍTULO 2

ELEGIBILIDADE	47
2.1 Condições de elegibilidade.....	49
2.1.1 Nacionalidade brasileira	49
2.1.2 O pleno exercício dos direitos políticos	50
2.1.2.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado	51
2.1.2.2 Incapacidade civil absoluta.....	52
2.1.2.3 Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos	54
2.1.2.4 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	56
2.1.2.5 Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, §4º	56
2.1.3 Alistamento eleitoral.....	60
2.1.4 Domicílio eleitoral na circunscrição	61
2.1.5 Filiação partidária	63
2.1.6 Idade mínima, dependendo do cargo a ser postulado	65
2.2 Causas de inelegibilidade	66
2.2.1 Inelegibilidades constitucionais.....	71
2.2.2 Inelegibilidades absolutas infraconstitucionais.....	79
2.2.3 Inelegibilidades relativas infraconstitucionais.....	86
2.2.4 Forma de contagem do prazo das inelegibilidades.....	91
2.2.5 Inelegibilidade superveniente e delimitação temporal para sua incidência	92
2.3 Requisitos de registrabilidade	96

CAPÍTULO 3

PARTIDOS POLÍTICOS.....	105
3.1 Conceito de partido político	105
3.2 Criação de partidos políticos	106
3.3 Funcionamento dos partidos políticos	110
3.4 Regras específicas do período eleitoral.....	112
3.5 Princípios partidários	115
3.6 Da disciplina partidária.....	118
3.7 Fidelidade partidária	121
3.8 Aspectos processuais da ação de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária e da ação de justificação de desfiliação.....	130

CAPÍTULO 4

FEDERAÇÕES DE PARTIDOS POLÍTICOS.....	135
---------------------------------------	-----

CAPÍTULO 5	
CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS.....	141
CAPÍTULO 6	
COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA.....	151
CAPÍTULO 7	
REGISTRO E AIRC (AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATO).....	157
7.1 Pedido de registro de candidatura.....	157
7.2 Unicidade de registro de candidatos.....	161
7.3 A situação jurídica das candidaturas coletivas.....	162
7.4 Procedimento do pedido de registro.....	166
7.5 Ação de impugnação de Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP).....	178
7.6 Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	182
CAPÍTULO 8	
PROPAGANDA POLÍTICA.....	199
8.1 Espécies de propaganda política.....	200
8.1.1 Propaganda partidária.....	200
8.1.2 Propaganda intrapartidária.....	201
8.1.3 Propaganda institucional.....	206
8.1.4 Propaganda eleitoral.....	208
8.1.4.1 Propaganda eleitoral antecipada.....	212
8.1.4.2 Propaganda eleitoral irregular.....	227
8.2 Propaganda eleitoral no período legal.....	231
8.2.1 No rádio e na televisão.....	237
8.2.2 Na imprensa escrita.....	238
8.2.3 No horário eleitoral gratuito.....	239
8.2.4 Na internet.....	240
8.3 Horário da propaganda gratuita.....	244
8.4 Debates.....	246
8.5 Fiscalização da propaganda (Representação).....	250
8.6 Direito de resposta.....	258
CAPÍTULO 9	
PESQUISAS ELEITORAIS.....	267
9.1 Registro das pesquisas eleitorais.....	271
9.2 Divulgação dos resultados da pesquisa.....	272
9.3 Impugnações.....	274
9.4 Penalidades.....	275
CAPÍTULO 10	
FINANCIAMENTO E GASTOS DE CAMPANHA ELEITORAL.....	279
10.1 Financiamento de campanha eleitoral.....	279
10.1.1 Financiamento público.....	280
10.1.2 Financiamento privado.....	284
10.2 Gastos eleitorais.....	287
10.3 Prestação de contas.....	291
10.4 Da medida cautelar preparatória para cessar a realização de gastos antes da apresentação das contas à Justiça Eleitoral.....	296
CAPÍTULO 11	
IMPEDIMENTOS LEGAIS: ABUSO DE PODER, CONDUTAS VEDADAS E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA... 299	
11.1 Abuso de poder.....	299
11.1.1 Abuso de poder econômico.....	300
11.1.2 Abuso de poder político.....	306
11.1.3 Abuso de poder por uso indevido dos veículos e dos meios de comunicação.....	309
11.1.4 Fraude à cota de gênero de candidaturas femininas (art. 10, §3º, da Lei nº 9.504/1997).....	313
11.1.5 Captação ilícita de sufrágio.....	319
11.1.6 Ilícitude de gastos e arrecadação de recursos.....	322
11.1.7 Corrupção e caixa dois.....	326

11.1.8	Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais	329
11.1.8.1	Tipos de condutas vedadas de forma genérica.....	333
11.1.8.2	Proibição de contratação ou demissão	339
11.1.8.3	Tipos de condutas vedadas em período eleitoral.....	342
11.1.8.4	Sanções legais.....	348
11.2	Improbidade administrativa.....	350

CAPÍTULO 12

AÇÕES ELEITORAIS	357	
12.1	Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE).....	361
12.1.1	Causas.....	365
12.1.2	Procedimento	371
12.1.3	Rito prático da AIJE	374
12.2	Ação de impugnação de mandato eletivo	375
12.2.1	Procedimento	379
12.2.2	Rito prático da AIME	382
12.3	Mandado de segurança, <i>habeas data</i> e mandado de injunção.....	382
12.4	<i>Habeas corpus</i>	388
12.5	Tutelas provisórias no processo eleitoral.....	392
12.6	Ação rescisória.....	394

CAPÍTULO 13

RECURSOS	399	
13.1	Recurso eleitoral inominado.....	405
13.1.1	Procedimento	408
13.2	Recurso ordinário	410
13.3	Recurso contra expedição de diploma (RCED).....	415
13.3.1	Cabimento	417
13.3.2	Rito	420
13.4	Recurso especial	422
13.5	Recurso extraordinário	425
13.6	Agravo de instrumento	427
13.7	Agravo (da decisão que denega subida de recurso especial ou recurso extraordinário).....	428
13.8	Agravo interno.....	430
13.9	Embargos de declaração.....	430

REFERÊNCIAS.....	435
------------------	-----